

A NATUREZA DIVINIZADA POR CRISTÃOS: Uma forma de uso público no Parque Natural Municipal do Córrego Cumandaí em Naviraí-MS

**Michelle Milhorança Moreira,
UFGD,
midolukas@gmail.com**

RESUMO

Este artigo apresenta algumas reflexões sobre o entendimento do conceito de natureza, realizando nesse percurso, toda uma discussão teórica, embasada em autores renomados, que retratam mudanças conceituais referentes a esse entendimento. No linear dessas ideias, insere-se um estudo de caso do Parque Natural Municipal do Córrego Cumandaí, para minimizar a abstração do conceito, pois ali, seus elementos estão territorializados; e assim apresentar essa visão e os relacionamentos específicos que caracterizam a proposta de estudo mencionada logo no título. Embora o termo “lugar” seja muito utilizado neste trabalho, não houve motivação para conceituá-lo. A pesquisa contou com o apoio da Gerencia Municipal de Meio Ambiente de Naviraí-MS que disponibilizou o Plano de Manejo da Unidade e concedeu informações através de entrevista indispensável nesse processo, além disso contou com a disponibilidade de quatro frequentadores assíduos do Parque que ao contemplarem a natureza, tem um encontro pessoal com Deus.

Palavras-chave: Natureza; Parque Natural Municipal do Córrego Cumandaí; Uso Público.

1 INTRODUÇÃO

O Parque Natural Municipal do Córrego Cumandaí, localizado no centro da cidade de Naviraí-MS, é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, cujo acesso se dá pela Rua Bandeirante, nº 501, aberto à visitação pública durante todos os dias da semana, inclusive feriados, nos horários comerciais.

De acordo com o *site* da Prefeitura Municipal de Naviraí-MS, esse Parque, com suas características de solo, fauna e flora, representam os ecossistemas originais da região, destruídos, em parte, pela ação antrópica.

O mesmo *site* informa que, o Projeto Cumandaí foi criado em 1999, tendo como meta principal a recuperação do Córrego Cumandaí (cujas nascentes ficam próximas do Parque) e o trabalho de Educação Ambiental. Esse lugar passou a categoria de Parque Municipal por força do Decreto nº 058 de 26 de agosto de 2005, devido à necessidade de se adotar medidas necessárias à preservação ambiental.

Por ser bem localizado o Parque recebe diariamente muitos visitantes: Instituições de Ensino que agendam aulas de campo; crianças da vizinhança que acompanhada por pais ou responsáveis contemplam os animais; algumas pessoas que se utilizam das trilhas no interior do Parque para fazer caminhada e assim exercitar o corpo; esses ambientes, por exemplo, são cenários de álbuns fotográficos constantemente e as maneiras de usufruir desse lugar são diversas, os vigias relatam que já flagraram casais de namorados em situações constrangedoras ou já tiveram que acionar a Polícia por causa de pessoas fazendo uso de drogas.

Não há um controle rigoroso das pessoas que frequentam o Parque, há 01 vigia por turno (dia e noite), que deve cuidar da entrada e saída das pessoas e ainda fazer a ronda em seu interior, percorrendo as trilhas constantemente. Seria ideal que o Parque tivesse um maior número de vigias e uma guarita, onde funcionários específicos para essa função recepcionaria o visitante, registraria sua identificação, e seus propósitos com a visita. Na atualidade apenas as visitas com fins educativos são registradas pelo setor de Educação Ambiental.

Cada público tem o hábito de visitar o Parque em um determinado horário, e o que chama a atenção são as pessoas religiosas que fazem orações e/ou cultuam a Deus neste lugar, geralmente no primeiro horário, na hora de almoço ou no fim da tarde, eles vêm com bíblia nas mãos, alguns trazem violão; há pessoas que vão sozinhas e outras em grupos, por isso a

forma de uso público destacada nesse trabalho será a contemplação da Natureza por Cristãos, é o encontro com Deus através da oração que acontece nesse lugar, tornando-o especial para essas pessoas.

Neste artigo apresento algumas discussões teóricas sobre esse ideário de contemplação da natureza, tornando-a divinizada e exponho os resultados de entrevistas realizadas com 04 (quatro) pessoas que frequentam o Parque a fim de ter um encontro pessoal com Deus, para assim denotar a importância dos elementos naturais na vida espiritual de cada um deles e com 01 (uma) pessoa que trabalha na Gerencia Municipal de Meio Ambiente cuja sede é no Parque.

As subjetividades emersas nesse campo de relações poderão despertar novas pesquisas na área e/ou inspirar outros trabalhos em andamento.

Este artigo é resultado de um processo de investigação iniciado no curso da disciplina: “Gestão de Unidades de Conservação Ambiental”, ministrada pela Professora Dr^a. Sônia Mar dos Santos Migliorini no programa de pós-graduação da FCH-UFGD. O objeto de estudo foi escolhido pela fácil acessibilidade de informações necessárias a essa construção. Basicamente ele foi construído por pesquisas bibliográficas e por um estudo de caso, cujas entrevistas foram fundamentais.

2REVISÃO DA LITERATURA

Essa relação Homem x Natureza ha muito tempo está no auge das discussões das ciências sociais, biológicas e até econômicas, o fato resulta das emergências relacionadas às questões ambientais que no mundo se propagou depois da segunda grande guerra, quando a eminencia de um bombardeio nuclear ameaçou o planeta.

A década de 1960 marca o início, a nível mundial, das discussões sobre a questão ambiental. As razões dessas preocupações estão baseadas no comprometimento de uma série de recursos naturais, na possibilidade de um confronto nuclear que exterminaria grande parte da vida do planeta e na busca por uma melhor qualidade de vida, obrigando a sociedade a repensar o seu “[...] modo de ser, de produzir e de viver [...]” (PORTO GONÇALVES, 2004, p.28).

Dirce Suertegaray destaca que “esse ato reflexivo passou a colocar em questão, entre outros, o conceito de natureza até então dominante”, e afirma que “tradicionalmente a

Natureza é entendida como algo externo ao Homem, já que se torna cada vez mais difícil estabelecer o que é puramente Natural do que é Social, sendo a interpenetração desses elementos a regra cada vez mais comum” (SOUZA & SUERTEGARAY, 2007, p.06).

Ao pensar sobre as ideias que construíram os conceitos de Natureza ao longo dos tempos chegamos à concepção apresentada pela Professora Dirce, de uma natureza distante, ora servil, ora um obstáculo, ora valorizada como recurso material, ora espiritual, ou com valor de uso, ou com valor de troca, e mantendo-se externa ao Homem. De acordo com a Professora Arlete Moysés:

Conceitos de natureza são construções sociais e alteram-se no tempo e no espaço. Consideramos a natureza como um enigma. O homem é natureza, dela faz parte, ao mesmo tempo que dela se distancia no processo de socialização e do avanço da ciência e da técnica. Abstrai-se, em geral, que os seres humanos são também parte importante da natureza, pois se a sociedade humana não tivesse se constituído a “natureza”, a paisagem seria muito diferente do que temos na atualidade. (RODRIGUES, 2001, p.02)

As Professoras trabalham com os conceitos de Natureza sob a ótica das questões ambientais, estabelecendo critérios de compreensão para as problemáticas atuais a partir do relacionamento da sociedade com o que ela entende por natureza, pois as formas de tratamento dependem certamente dessa concepção. Nas palavras da Professora Arlete, “[...] a problemática ambiental torna visível como tem ocorrido a apropriação e a depredação da natureza. (RODRIGUES, 2001, p.02).

Ao buscar a origem desse entendimento de natureza, verificamos os registros que se têm de sociedades primitivas, constatando que a humanidade nos primórdios vivia em equilíbrio com o ambiente, extraindo dela apenas o necessário para a subsistência. O homem vivia como dependente dessa natureza e condicionado aos seus fenômenos, ele era submisso e por isso desconectado dela, mesmo havendo entre eles um equilíbrio.

Há registros de sociedades que veneravam e cultuavam os elementos da natureza; a sociedade grega é um exemplo, pois “[...] via a natureza como um organismo vivo e inteligente, dotado de alma e vida própria, capaz de ordenar os próprios movimentos de forma racional” (CAPRA, 1993, p.49); nesta concepção, a natureza é encantada e divina, cheia de feitiços e maravilhas, e externa ao ser humano por ser superior.

Avançando a linha do tempo, Thomas (1988, p.21), esclarece que no início do período moderno os fundamentos teológicos na interpretação bíblica de Tudor e Stuart, na Inglaterra,

legitimaram o entendimento de natureza como uma Criação Divina para satisfação plena da humanidade; nesta visão cada espécie animal e vegetal tem uma função ao homem que deve predominar diante dessas espécies. Invertendo a posição de superioridade da concepção anteriormente citada.

Pergunte a qualquer um na massa de gente obscura: qual o propósito da existência das coisas? A resposta geral é que todas as coisas foram criadas para o nosso auxílio e uso prático! [...] Em resumo, todo o cenário magnífico das coisas é diária e confiantemente visto como destinado, em última instância, à conveniência peculiar do gênero humano. Dessa forma, o grosso da espécie humana arrogantemente se eleva acima das inumeráveis existências que o cercam. *G.H. Toulmin, The Antiquity and Duration of the World* [A antiguidade e duração do mundo, 1780, ed. de 1824], pp.51-2. In (THOMAS, 1988, p.21).

O autor aponta que o predomínio humano diante de toda a Criação foi sustentado pela classe dominante inglesa que incutia entre as sociedades essa visão antropocêntrica dos relatos bíblicos, no que se refere ao livro de Gênesis “e disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; e domine sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre o gado, e sobre toda a terra, e sobre todo o réptil que se move sobre a terra.” (Gn 1: 26) assim, de maneira subversiva a sociedade legitimava uma exploração excessiva dos elementos naturais.

Essa concepção se expandiu por todo o ocidente, e a partir do século XVI prevaleceu à noção de natureza vinculada à expansão da burguesia e às ideias do racionalismo.

De acordo com Moretti (1996, p. 12), [...] a natureza passa a ser entendida como algo selvagem que será domesticada pelo homem, é vista como obstáculo e, ao mesmo tempo, como recurso que o conhecimento absoluto e infinito, baseado na razão, deverá superar e transformar em meio para se atingir um fim.

Segundo Capra (1993, p.67), entre os séculos XVI e XVII o objetivo maior dos cientistas era extrair da natureza, mesmo que sob tortura, todos os seus segredos, foi só a partir de meados do século XIX que essas concepções foram contestadas, “[...] pois a descoberta da evolução em biologia, forçou os cientistas a admitirem que o universo deveria ser descrito como um sistema de evolução e em permanente mudança, nos quais estruturas complexas se desenvolviam a partir de formas mais simples.”

Conforme explica Thomas (1988, p. 344), “[...] surgiam dúvidas e hesitações sobre o lugar do homem na natureza e o seu relacionamento com outras espécies.” O autor esclarece que “[...] o estudo cuidadoso da história natural fizera caírem em descréditos muitas das

percepções antropocêntricas dos tempos anteriores”. Além disso, “[...] um senso maior de afinidade com a criação animal debilitara as velhas convicções de que o homem era um ser único.” Havia entre as pessoas uma crescente preocupação com “[...] o sofrimento animal” e “[...] ao invés de continuarem destruindo as florestas e derrubando toda árvore sem valor prático, um número cada vez maior de pessoas passava a plantar árvores e a cultivar flores para pura satisfação emocional”.

A criação do domínio mental da fantasia encontra um Paralelo Perfeito no estabelecimento de "reservas" ou "parques naturais" em lugares onde as exigências da agricultura, das comunicações e da indústria ameaçam ocasionar mudanças na face original da terra que logo a tomarão irreconhecível. Uma reserva natural conserva o estado original que em todas as outras partes foi, para nosso pesar, sacrificado à necessidade. Todas as coisas, incluindo o que é inútil e mesmo nocivo, nela podem crescer e proliferar livremente. *Sigmund Freud, Introductory Lectures on Psycho-Analysis [Conferências introdutórias sobre a Psicanálise, parte III] [Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud, tradução de James Strachey et alii, XVI (1963), p. 372] In (THOMAS, 1988, p.288).*

Nesta visão, uma das formas de preservar aquilo que se entende por natureza, resguardar fragmentos do que um dia foi-se o todo. Tal atitude se torna uma alternativa para a conservação ambiental e uma de muitas necessidades humanas, que reconhece a deterioração do ambiente em nome do “progresso”.

Thomas (1988, p. 356), afirma que já “[...] em fins do século XVIII, a antiga preferência por uma paisagem cultivada e dominada pelo homem conhecia uma contestação radical”. Segundo o autor “[...] o cenário mais admirado já não era a paisagem fértil e produtiva, porém a selvagem e romântica”. Por isso, “[...] um interesse crescente em preservar a natureza inculta como uma indispensável fonte de riqueza espiritual”.

Sintetizando todas as ideias já mencionadas, que construíram a concepção atual de natureza, Silva (2006, p. 69), cita três correntes filosóficas como as raízes básicas desse entendimento: “o racionalismo, o naturalismo e o romantismo”, os quais se estruturaram, segundo o autor, “nos séculos XVII, XVIII e XIX” em todo o ocidente.

Com o racionalismo a natureza deixou de ser vista como algo ameaçador para o desenvolvimento social, e as experimentações e o raciocínio lógico permitiram compreender os processos da natureza e seus arranjos, terminando, assim, com séculos de submissão do homem ao seu meio. Segundo a ótica racionalista a natureza passa a ser compreendida e dominada segundo os interesses sociais: é preciso compreender a natureza para pragmaticamente, aproveitá-la como recurso – daí a necessidade de entender

seus processos e arranjos, por meio da experimentação. SILVA (2006, p.70).

De acordo com o autor, “o racionalismo teve como marca a negação dos aspectos da natureza e a construção do *ethos* moderno de civilização [...]”, desta forma os “valores antropocêntricos foram potencializados a níveis até então nunca registrados na história da humanidade” e isso subsidiou “[...] todas as formas de exploração da natureza, principalmente de matérias-primas (recursos naturais) para os processos industriais que nasciam”. SILVA (2006, p. 71)

Em contraposição a esse ideário e aos consequentes problemas ambientais derivados do racionalismo, surgiram o romantismo e o naturalismo, cujas linhas de pensamentos “[...] baseavam-se na ideia de que os aspectos e os condicionantes da natureza deveriam ser analisados sob um outro olhar, muito além da ideia única e exclusiva de recurso”. SILVA (2006, p. 72).

O romantismo resgatava a singularidade do ser, “[...] valorizando as tradições culturais, as características nacionais, os sentimentos, a personalidade, a sensibilidade, a emoção e os valores subjetivos perdidos durante a implementação do racionalismo científico”. “[...] o olhar sobre a natureza ganhou nova essência, prevalecendo, assim, uma visão otimista da relação do homem com a natureza”. SILVA (2006, p. 72).

[...] o romantismo alimentava o anseio por uma experiência alternativa, muito além daquela proporcionada pelo ideal de modernidade, presente do *ethos* urbano. Colocava em discussão o caráter utilitarista da sociedade e sua capacidade predatória, buscando construir, a partir da negação da modernidade, um *ethos* ligado ao campo, pelo qual, a relação homem-natureza seria mais harmônica e, em última instância, a relação do homem com o homem, mais justa e equidistante. SILVA (2006, p.73).

O autor continua explicando que diferente da visão romântica, “[...] o naturalismo pouco acreditava na subjetividade e, em alguns momentos, mantinha uma condição mais pessimista quanto á relação homem-natureza, contudo, seus defensores pregavam a necessidade de um convívio harmônico [...]” nesse relacionamento. SILVA (2006, p. 73).

Essa corrente, nascida na Inglaterra vitoriana, passou a afetar circunstancialmente, as pesquisas científicas elaboradas nos séculos XVIII e XIX, sob um novo prisma: a natureza passou a ser estudada sob a ótica da possibilidade de sua finitude e erradicação. Incorporou-se, na abordagem científica, os ideais preservacionistas e conservacionistas, condição até então incompatível com a visão racionalista dominante. A visão naturalista passou a indicar e a demonstrar que as relações do homem com a natureza causavam situações e problemas não condizentes com o estabelecimento de um

equilíbrio harmônico. A sociedade humana passou a ser vista como parte integrante de um todo muito maior, cujos limites extrapolavam a área civilizada circundante. O homem passou a ser visto como o agente responsável pelos desequilíbrios e cabia só a ele buscar caminhos para a mudança. SILVA (2006, p.74).

Nessa concepção, para manter o equilíbrio natural, seria preciso isolar a natureza, afastando-a do homem, e desta forma, nas palavras do autor, “[...] essas áreas serviriam deregistro, podendo a sociedade admirá-las e reverenciá-las por meio da realização de atividades que não causassem modificações significativas”. SILVA (2006, p. 75).

Eis a constituição de Unidades de Conservação, que de acordo com o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Instituído pela Lei 9.985, de 18 de junho de 2000, são porções delimitadas do território nacional, especialmente protegidas por Lei, que contém elementos naturais de importância ecológica ou ambiental.

Ao ser definida uma área a ser protegida, são observadas suas características naturais e estabelecidos os principais objetivos de conservação e o grau de restrição à intervenção humana, então essa área será denominada de acordo com uma das duas categorias de Unidades de Conservação previstas por Lei: ou será de Proteção Integral, ou de Uso Sustentável.

Os Parques fazem parte da categoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral, por isso não são admitidos habitantes humanos em suas dependências, e o uso público é regulado pelo Plano de Manejo – documento que estabelece em si todos os critérios normativos e legais da Unidade.

O modelo de criação das áreas naturais brasileiras protegidas segue o padrão de criação norte-americano. A concepção de Parque provém da criação do primeiro Parque Nacional do mundo, o *Yellowstone National Park*, inaugurado em 01 de março de 1872. A ideia parte do princípio de proteção da vida selvagem, ameaçada pelo homem, e ao mesmo tempo, de criar um lugar onde possamos apreciar e reverenciar a natureza em seu estado original.

Há várias discussões pertinentes à constituição das Unidades de Conservação no Brasil e no Mundo, mas retomemos aqui a ideia de natureza, estamos caminhando para uma possível evolução no seu entendimento, temos a chance de nos ver como parte integrante dessa perfeição de seres vivos sobre uma Terra viva.

Na interpretação atual sobre os estudos bíblicos que denotam a Criação, nós seres humanos somos criados a imagem e semelhança de Deus para “dominar” sobre todos os

outros elementos, no sentido de cuidar, zelar e garantir a sobrevivência e não mais no sentido de superioridade.

Rodrigues (2001, p.02), explica que, “desde o processo de hominização e da socialização mudaram as formas de relacionamento com a natureza que, apesar do avanço científico e tecnológico, continua a ser um enigma [...]”.

A intenção neste artigo não é decifrar o “enigma” da natureza, nem do relacionamento das mais diferentes sociedades com ela, mas sim, destacar como os Cristãos de maneira geral a veem, como se comportam em alguns casos nesta relação subjetiva.

De acordo com Rodrigues (2001, p. 03), o que se chama natureza pode ter vários significados dependendo dos diferentes grupos sociais, mas sempre é um conceito abstrato. Uma das formas de minimizar a abstração é compreender que a natureza e seus elementos são territorializados.

Analisemos então a natureza territorializada no Parque Natural Municipal do Córrego Cumandaí e uma das formas de uso público neste lugar.

Se “a sacralização da ciência e da técnica tem impedido a visão da complexidade do mundo e da vida”. (RODRIGUES, 2001, p.04); se “pensar a relação da sociedade com a natureza nos remete a tentar pensar a complexidade”. (RODRIGUES, 2001, p.05), proponho ousadamente pensar a complexa natureza composta por todos nós, como uma obra perfeita Daquele que É Perfeito, ou seja, sob a ótica de algumas pessoas Cristãs e assim Sacralizar toda a Criação para refletir a missão do humilde servo ao cuidar, zelar, garantir a vida e buscar realizar o que é bom para si e para os outros.

3PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Primeiramente realizei uma pesquisa bibliográfica sobre o tema escolhido para compor esse artigo, logo depois escolhi o objeto de estudo (PNMCC – Parque Natural Municipal do Córrego Cumandaí), para aliar as discussões sobre as formas de uso público em uma Unidade de Conservação, escolhi esse Parque especificamente por também ter um laço afetivo com o lugar, eu trabalhei por 4 anos aproximadamente prestando serviços à Gerencia Municipal de Meio Ambiente de Naviraí-MS, por isso o relato pessoal de algumas observações.

Outra metodologia adotada para completar essa pesquisa foi o estudo de caso e como técnica adotada para captar os dados aqui apresentados, optei por entrevistas.

Todas as entrevistas foram realizadas via *whatsapp* no mês de Janeiro/2018, concedidas por escrito ou por áudio (dependendo da preferência da pessoa entrevistada). A identificação das pessoas que aceitaram participar desse processo de investigação é resguardada de maneira confidencial, aqui uso o termo “Sujeito” para citá-los.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Algumas características do Parque Natural Municipal do Córrego Cumandaí, já foram apresentadas na introdução deste trabalho, é preciso ainda destacar que esta Unidade de Conservação tem uma área estabelecida de 92.623,78 m², cujos limites territoriais se confrontam com a cidade em expansão. A cobertura vegetal conservada no interior desta Unidade corresponde à Floresta Estacional Semidecidual, que sustenta diversas espécies da fauna silvestre, de répteis e mamíferos. (Plano de Manejo, 2011, p.01)

Além de abrigar ecossistemas remanescentes da Floresta Estacional Semidecidual, o que significa “[...] vegetação de Mata Atlântica, com espécies arbóreas de grande porte [...] associada diretamente às condições climáticas de duas estações bem definidas: uma chuvosa e outra de estiagem prolongada [...]”, abriga também “[...] as cabeceiras do Córrego Cumandaí, tributário do rio Amambai”. (Plano de Manejo, 2011, p.94)

Os sistemas de vida no Parque dependem não apenas da flora¹ e fauna², mas também dessa sociedade que interfere no sistema e ao mesmo tempo o compõe, e do tipo de solo, incidência solar, frequência das chuvas, relevo, hidrografia, etc. Toda essa composição é retratada no Plano de Manejo.

O documento esclarece com detalhes quais são as espécies de fauna e flora resguardadas, bem como os aspectos geográficos, históricos, geológicos, biológicos, características sobre a população naviraiense, pesquisas que evidenciam a importância social e ecológica do Parque, etc. Além disso, estabelece todos os critérios de visitação pública, com fins educativos e recreativos, mantendo-se aberto em finais de semana e feriados, todos os dias nos horários comerciais sob os cuidados de um vigia.

¹Cito entre as espécies que compõe o Parque: Peroba rosa, Mandiocão, Ipê, Guaritá, Jaracatiá, Canjarana, Pau-formiga, Marfim, Erva Mate, Jequitibá, Angico Preto, Canafístula, entre diversos estratos herbáceos e arbustivos. (Plano de Manejo, 2011, p. 301 – 305)

²Cito entre as espécies que compõe o Parque: Répteis diversos (sapos, lagartos), Insetos, Avifauna abundante, dentre ela, beija-flor, bem-te-vi-pirata, papagaio, periquitão; Mamíferos: como Bugio, Preá, Tatu-galinha, Tatu-peba e a Cutia. (Plano de Manejo, 2011, p.320 – 348) que se tornou o animal representante do Parque, como um mascote escolhido entre os funcionários para ilustrar o ambiente.

A natureza do PNMCC é uma complexa composição desses elementos que interagem, é inclusive sua história e sua geografia. A natureza do Parque são as pessoas que ali trabalham, as pessoas que frequentam, àqueles que residem nos arredores e que consciente ou inconscientemente contribuem com a conservação ou degradação desse espaço.

Essa natureza não pode ser apresentada apenas pelos seus elementos físicos, há também sentimentos e emoções que compõe esse lugar e fazem desse ambiente especial. É só conversar com os funcionários mais antigos do Parque, alguém que tenha participado do seu processo de constituição, (estudo, limpeza, recomposição da vegetação, legalização), para perceber o grau de envolvimento profissional, pessoal e afetivo com o lugar.

[...] eu gosto daqui, foi meu segundo emprego, aqui em Naviraí foi meu primeiro emprego, estou há 14 anos e acompanhei a maior parte das mudanças, não sei dizer com palavras [...] é bom trabalhar aqui [...] essa parte principalmente da vegetação, aqui da frente e do corredor ecológico, que quando eu entrei aqui não tinha, você olhar hoje e vê que foi um trabalho que você ajudou a fazer, é gratificante, e todas as ações que a gente faz aqui dentro [...], mas tem também um sentimento de pesar [...] por não conseguir fazer tudo aquilo que a gente sabe que tem que fazer, por ser uma área que sofre essa pressão urbana, tem vários problemas, principalmente como efeito de borda e você acabar travando na parte burocrática. [...] eu quero fazer o melhor, mas nem sempre eu consigo. Representante da GEMA – Naviraí/MS

Nessa fala é possível perceber a natureza do Parque como uma construção social sem fim, onde, apesar do orgulho dos avanços em relação à preservação, há também o sentimento de que se pode fazer mais para isso. Essas são palavras de alguém comprometida com o lugar onde trabalha e convive.

A natureza do Parque são os Cristãos que buscam esse lugar para entrar na presença de Deus pela oração, nas palavras de uma das pessoas entrevistadas: “[...] não que não esteja em qualquer outro lugar, porque está, mas por sempre ter alguém orando no parque o ambiente já está preparado, aí é só voar no Espírito Santo de Deus.” Sujeito 2

Essa foi a segunda pessoa a conceder a entrevista, por isso o termo “Sujeito 2” para identificá-la. Ela frequenta o Parque de 1 a 2 vezes por semana, sempre em grupo, permanecendo de 1 a 2 horas em oração e louvor, e ao relatar essa experiência de encontro com Deus, nos diz: “Lá eu me sinto a vontade, livre para Adorar Deus, sinto paz, tranquilidade.” “[...] Ele fez todas as coisas, é impossível estar no Parque e não contemplar a Deus, não ser grata pelas maravilhas que Ele Criou [...]”. Sujeito 2

Lá a presença do Senhor é palpável, é um lugar que muitas pessoas vão orar e por esse motivo conseguimos nos conectar com Deus com mais facilidade. Sentir seu toque, seu cheiro e ouvir sua voz, se retirar da nossa comodidade para ir ao bosque³ orar é algo maravilhoso, pois já saímos com a certeza de que Ele estará lá nos esperando para Adorá-lo [...]”. Sujeito 2

Nessa concepção, a presença de Deus se faz real não apenas pela Criação ali reunida, mas também ao passo que mais e mais pessoas O invocam e O contemplam naquele lugar, tornando-se morada de Deus, lugar de oração.

Os resultados advindos das entrevistas com as pessoas Cristãs são muito semelhantes, todos eles frequentam o Parque com certa regularidade, em média 2 vezes por semana, em horários que variam de acordo com a folga no trabalho e permanecem até 2 horas orando e louvando o Senhor durante cada visita; todos eles destacam a paz e a tranquilidade como definição do lugar; O Sujeito 1 relata que esse lugar o faz esquecer de vários problemas e o faz sentir-se bem, destacando: “[...] nossa, muito importante àquele lugar [...]”. Compartilhando um pouco dessa experiência nos diz:

[...] eu senti a presença Dele lá [...] é um lugar diferente, que você entra destruído, chateado, triste, e você sai renovado, feliz, com esperança novamente, com a fé fortalecida [...]. Ele está presente naquele lugar, e o bom é que ali é um Parque, um lugar longe, que você está livre para você fazer o que quiser, você pode conversar, você pode cantar, você pode louvar, você pode ler a bíblia, algo muito importante de se fazer [...] eu amo a natureza, eu amo estar lá. Deus tem falado comigo naquele lugar, com propósitos na minha vida que Ele tem feito [...] É um lugar onde Deus ouve a sua oração [...]. Sujeito 1

A primeira pessoa a conceder a entrevista costuma ir sozinha no Parque para refletir sobre a vida e fazer suas orações, às vezes ele vai com os amigos, e ao expor sua forma de ver a natureza do Parque ele destaca: “[...] você fica em paz lá, você vê os animais andando ali, as cutias correndo, os passarinhos, os macacos sempre estão brincando ali nas árvores [...] o cheiro é agradável, esse cheiro de terra molhada, das folhas, é muito bom, é gostoso de estar ali.” Sujeito 1

³Antes de se tornar Parque Natural Municipal, o lugar estudado era conhecido como bosque, desde então aberto à visitação pública, ele era constituído de algumas partes de vegetação nativa (hoje é totalmente), mas tinha inclusive logo na entrada uma plantação de eucaliptos, espécie exótica que é proibida próxima de nascentes. No Plano de Manejo consta a existência de um zoológico no bosque, administrado pela prefeitura, com animais silvestres enjaulados que faziam parte de seus atrativos, havia onde hoje é o prédio da Gerencia Municipal de Meio Ambiente uma cantina, e uma casa para o vigia, além de brinquedos como balanços, gangorras, e escorregadores. Antes mesmo da implementação da Unidade de Conservação, tudo isso foi sendo extinto. Obs: O Plano de Manejo não cita datas sobre essa parte da história do Bosque.

São sensações que também constituem o Parque e nos levam a refletir o quão é complexo o próprio entendimento de natureza, e o quão são ilimitadas as construções sociais desse entendimento.

A terceira pessoa a conceder a entrevista caracteriza o Parque como um: “[...] lugar específico, separado, Divino, maravilhoso” e ao justificar sua forma de entender essa natureza nos relata que depois da Criação do mundo, “[...] Papai Criou especificamente um lugar, o Jardim do Éden, dando a ideia clara de lugar especial, diferente dos demais entre o mundo natural”. Sujeito 3

Ser Cristão é ser como Cristo; seguir seus ensinamentos; ser orientado pelos textos bíblicos, que por diversas vezes citam que Jesus “retirava-se” para estar em comunhão com o Pai.

[...] tantos relatos de homens que estiveram nos montes, como Moisés, Abraão, Isaac, Jacó [...], o mais clássico de todos os relatos, é Jesus, em João, capítulo 18; a bíblia fala que literalmente Ele tinha uma rotina naquele lugar, de ficar separado, no horto, no lugar, naqueles jardins que havia no entorno de Jerusalém, [...] e até caminhando para a Sua morte, quando intensifica esse hábito e vai até o *Getsêmani*, que era também um lugar natural, muito belo, e Ele tem aquele lugar como um refúgio, um secreto, uma intimidade e um particular com o Pai. Sujeito 3

Esse hábito de buscar por Deus em lugares como o Parque é antigo entre os Cristãos, independente de denominação; o Sujeito 1 diz que, “[...] ali vão muitas pessoas orar, católicos, evangélicos de diferentes igrejas [...]”, o Sujeito 3 diz que, “[...] existem pessoas na cidade que são ministros, [...] ligados à preparação espiritual, um grupo que sempre está ali [...]”. Nenhum dos entrevistados tem a noção do número de pessoas que frequentam o Parque com esse propósito, mas em seus relatos a palavra muitos é referência a essas pessoas. O Sujeito 3 nos diz também que, frequenta o Parque com a família e com amigos, e às vezes sozinho:

[...] ali é um mistério, [...] porque ali Deus fala de todas as maneiras, a Bíblia diz que não cai uma folha de uma árvore se o Senhor não quiser; então ali Deus fala através de folhas, dos passarinhos, [...] por isso a gente vai com pessoas íntimas, porque é um lugar de intimidade, é lugar de orar em línguas, falar em mistérios com Deus, compartilhar palavras, onde O Próprio Deus Se Faz Presente, [...] por isso é importante ir com quem entende isso. Sujeito 3

Ele relata também que a frequência com que vai ao Parque depende muito do estado espiritual em que se encontra, e que às vezes sente a necessidade de ficar mais tempo em

oração, em silêncio, contemplando a Criação.

O Sujeito 4 assim como o Sujeito 3 é movido por esse sentimento que o leva até o Parque, e relata gostar mais de frequentar sozinho esse lugar, pois para ele, é uma questão de intimidade.

[...] é um lugar diferenciado! [...] Onde me sinto bem, onde converso com Deus e Ele comigo. É um lugar aonde as pessoas não vão para se aparecer, porque ali não tem nada, e sim para buscar ao Pai, [...] simplesmente eu vou ali para orar, para ter um momento com Ele [...] o Deus que vem em secreto, e devemos buscá-Lo no secreto, o bosque é um secreto, seu quarto é um secreto [...] e as experiências ali são tremendas. P4

E ao referir-se a natureza do Parque, nos diz: “Tudo o que o Senhor fez é bom!” Sujeito 4. Assim é possível vislumbrar a forma como algumas pessoas Cristãs entendem a natureza, incluindo-se como parte da Criação.

5 CONCLUSÕES

Pois desde a criação do mundo os atributos invisíveis de Deus, seu eterno poder e sua natureza divina, têm sido vistos claramente, sendo compreendidos por meio das coisas criadas, [...] (Romanos 1: 20).

A partir desses estudos é possível compreender porque os Cristãos de maneira geral divinizam a natureza e contemplam a Deus através de seus elementos.

O estudo de caso do Parque Natural Municipal do Córrego Cumandaí, muitas vezes denominado de bosque pelos entrevistados, é só um exemplo dessa forma de contemplar a natureza e se torna aqui, uma análise superficial das formas de uso público na Unidade.

Entre as páginas 128 a 185 do Plano de Manejo da Unidade, são apresentados os resultados diagnósticos de um processo investigativo de “[...] 140 domicílios amostrados [...]” (p. 128), sobre a percepção da população sobre o Parque, onde foi constatado em 2011, que “[...] 91,4% [...]” (p.130) das famílias de Naviraí-MS conheciam o lugar; esse mesmo numero de pessoas respondeu na época que gostariam “[...] de desenvolver alguma atividade no Parque”. (p. 135), dentre elas: caminhada (49%), lazer e recreação (17%), atividades físicas (13%), trilhas (8%), passeio (6%), caminhada no entorno do Parque (4%) e atividades educativas (3%). (p. 136).

Embora houvesse entre a população essas intenções, [...] no entorno, 62% das famílias não frequentavam o Parque, e 25% frequentavam de vez em quando.” Apenas 13% dessa

população na época, eram frequentadores assíduos. Em outras regiões da cidade, o número de famílias que não frequentavam o Parque eram 75%. (p. 137). A população residente do entorno expressou sua satisfação em morar no local devido à tranquilidade e ao clima agradável (p.157).

Foram baseados nessas, e nas demais informações constantes no Plano de Manejo, os limites para a visitação pública do PNMCC, proibindo, por exemplo, passeio com animais domésticos, ou de pessoas menores de idade sem a companhia de um adulto responsável, dentre outros.

Foi a partir desse levantamento também que os gestores se ativeram a melhorar as condições de infraestrutura para a comodidade dos visitantes, embora esta, ainda não seja plena de satisfação.

Apesar de não ter mensurado o volume de visitas que o Parque recebe todos os dias, é possível afirmar pela observação, que desde 2011 (quando pesquisas para o Plano de Manejo foram realizadas), esse número vem crescendo, principalmente porque a Gerencia de Meio Ambiente investe esforçadamente no processo de Educação Ambiental o que incentiva aos estudantes a propagarem a visitação e os cuidados necessários.

Entre os anos de 2014 a 2016, eu mesma, como funcionária cedida ao município no trabalho com Educação Ambiental, acompanhei de perto o crescimento dessa demanda, no início a Gerência precisava oferecer esse serviço às escolas e já nos tempos mais atuais as escolas disputavam agenda para marcar uma aula de campo. Como essas aulas são agendadas, há sim um controle do número de visitantes com a finalidade de estudo, mas esse controle se restringe a esse fim.

Quanto às outras formas de uso público não há, como já foi dito, uma mensuração. Em relação às visitas dos Cristãos que contemplam a natureza, foco deste trabalho, muito menos, pois essas são em geral, pessoas discretas que chegam como já disse, com bíblias, violão, não chamam a atenção para si, exceto pela simpatia no cumprimento.

Alguns homens maduros que julgo serem pastores, e que certamente se dedicam em ouvir a Deus, para assim realizarem as suas pregações junto à comunidade (um deles participou desse trabalho concedendo entrevista). Muitos jovens com idade entre 18 a 30 anos (dentre eles, três, participaram desse trabalho concedendo entrevistas).

E assim conclui-se esse artigo, apresentando uma visão de natureza divinizada, onde as pessoas são parte atuante de muitas responsabilidades no cuidado com o todo, inclusive,

com o outro.

Apresentando uma forma de uso público até então pouco discutida e até mesmo pouco estimulada. O que possibilita novas pesquisas nesse direcionamento.

REFERÊNCIAS

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Circulo do livro, s.d. 1993.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto/2**, São Paulo: Paz e terra, 1987.

MORETTI, E. C. **O ideário da sociedade ocidental sobre a natureza e o conceito de “Desenvolvimento sustentável”**, Revista de Geografia, nº 3, AGB-seção Dourados-MS, 1996, p. 15-27.

PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO CÓRREGO CUMANDAÍ. **Plano de Manejo**. Naviraí-MS / Maio, 2011. Città Planejamento Urbano Ambiental. 556fls.

PORTO GONÇALVES, C.W. **Os (des)caminhos do Meio Ambiente**. São Paulo: Ed. Contexto, 11ª ed., 2004.

RODRIGUES, A.M. **Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Belo Horizonte – Brasil – 14 a 25 de maio de 2001. Escola de Governo da Fundação João Pinheiro – Curso de Gestão Urbana e de Cidades.

SILVA, Charlei Aparecido da. **Análise sistêmica, turismo de natureza e planejamento ambiental Brotas: proposta metodológica**. Tese de Doutorado – UNICAMP, Campinas, SP.: [s.n.], 2006.

SOUZA, B. I; SUERTEGARAY, D. M. A. **Considerações sobre a Geografia e o Ambiente**. Revista OKARA: Geografia em debate, v.1, n.1, p. 1-152, 2007. João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB – <http://www.okara.ufpb.br>

THOMAS, K (1988). **O homem e o mundo natural**. 4ªed. São Paulo: Companhia das letras, editado em 2001.

Unidades de Conservação em Naviraí-MS. Disponível em:
<https://www.navirai.ms.gov.br/pagina/paginas/15-unidades-de-conservacao>. Acesso em: 19 out. 2017.